



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

Sumário

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 80/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8455/2025.	3
EXTRATO DE AUTORIZO/HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 061/2025.	4
EXTRATO DE AUTORIZO/HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 056/2025.	5
RESULTADO ANÁLISE DAS AMOSTRAS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 71/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7661/2025.	6
AVISO DE RETOMADA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 71/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7661/2025.	7
SMGP - EXTRATO DE ATA.	8
SMDS - ERRATA DA ATA DO RESULTADO PRELIMINAR - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2025.	11
CMDCA - RESOLUÇÃO Nº 003, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025.	12
CMDCA - RESOLUÇÃO Nº 004, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025.	13
CMDCA - EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 1, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025.	15
PORTARIA Nº 96/GAB, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025 - ALTERA A PORTARIA Nº 94/GAB, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2025, QUE NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES - CIPA.	24
LEI Nº 6390, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025 - DISPÕE SOBRE A DESAFETAÇÃO E AUTORIZAÇÃO PARA ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	25
LEI Nº 6391, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025 - AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA A CONTRATAR COM A DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM OUTORGA DE GARANTIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	29

DEZEMBRO DE 2025

Diário Oficial

Edição nº 707/2025

Expediente

O Diário Oficial de Caçapava é uma publicação sob a responsabilidade das entidades da Administração Direta e Indireta do Município de Caçapava, Conforme **Lei Municipal nº 5819**, de 22 de março de 2021.

Demais edições do Diário Oficial Eletrônico de Caçapava poderão ser consultadas por meio do endereço eletrônico:
<https://cacapava.sp.gov.br/diario-oficial>.

As consultas são de acesso gratuito e não necessitam de qualquer realização de cadastro.

Prefeitura Municipal de Caçapava
CNPJ: 45.189.305/0001-21
Endereço: Rua Cap. Carlos de Moura, 243
Telefone: (12) 3654-6600
Site: <https://cacapava.sp.gov.br>

Câmara Municipal de Caçapava
CNPJ: 48.408.496/0001-63
Endereço: Praça da Bandeira, 151
Telefone: (12) 3654-2000

FUSAM (FUNDAÇÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA)
CNPJ: 50.453.703/0001-43
Endereço: Av. Dr. Pereira de Mattos, 63 - Centro, Caçapava/SP - CEP: 12281-450
Telefone: (12) 3654-8800
E-mail: comunicacao@fusam.com.br



Município de Caçapava

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Pregão Eletrônico: 080/2025 – Processo nº 8455/2025

Tendo por objeto a **AQUISIÇÃO DE 2.600 (DOIS MIL E SEISCENTOS) KITS NATALINOS, COMPOSTOS POR 5 ITENS ALIMENTÍCIOS CÁRNEOS, PRÉ-TEMPERADOS E EMBALADOS, E 1 BOLSA RESISTENTE, DESTINADOS À DISTRIBUIÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.** O Prefeito ADJUDICA e HOMOLOGA o objeto a empresa: **SELLMAR DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA., inscrita no CNPJ nº 18.813.463/0001-38** para o lote 01 no valor total de R\$ 963.300,00 (novecentos e sessenta e três mil e trezentos reais) conforme as propostas de preços apresentadas e acostadas aos autos.

Dr. Yan Lopes de Almeida
Prefeito Municipal

Rua Capitão Carlos de Moura, 243 – Vila Pantaleão – Caçapava/SP
FONE – PABX (12) 3654-6691 – CEP 12.280-050 – CNPJ 45.189.305/0001-21





Município de Caçapava

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA

EXTRATO DE AUTORIZO/HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 9005/2025

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO – ART. 75, INCISO I, DA LEI FEDERAL N. 14.133/2021.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

CNPJ: 45.189.305/0001-21

CONTRATADA: ILUMIVALE COMÉRCIO E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA.

CNPJ: 43.511.707/0001-75

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICOS PARA EXECUÇÃO DE INSTALAÇÃO ELÉTRICA DA UNIDADE ESCOLAR “EMEI LOURDES ARAUJO JULIANO DE ALMEIDA

DISPENSA N.º 061/2025

VALOR TOTAL: R\$ 57.800,00 (cinquenta e sete mil e oitocentos reais).

DR. YAN LOPES DE ALMEIDA
PREFEITO MUNICIPAL

Rua Capitão Carlos de Moura, 243 – Vila Pantaleão – Caçapava/SP
FONE – PABX (12) 3654-6691 – CEP 12.280-050 – CNPJ 45.189.305/0001-21





Município de Caçapava

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA

EXTRATO DE AUTORIZO/HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 8835/2025

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO – ART. 75, INCISO II, DA LEI FEDERAL N. 14.133/2021.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

CNPJ: 45.189.305/0001-21

CONTRATADA: SHN SOLUÇÕES LTDA-EPP

CNPJ: 55.677.028/0001-50

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE CÂMERAS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO, COM INFRAESTRUTURA SUBTERRÂNEA DE CABEAMENTO ELÉTRICO E DE REDE.

DISPENSA N.º 056/2025

VALOR TOTAL: R\$ 19.911,25 (DEZENOVE MIL, NOVECENTOS E ONZE REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS).

DR. YAN LOPES DE ALMEIDA
PREFEITO MUNICIPAL

Rua Capitão Carlos de Moura, 243 – Vila Pantaleão – Caçapava/SP
FONE – PABX (12) 3654-6691 – CEP 12.280-050 – CNPJ 45.189.305/0001-21





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Caçapava, 12 de dezembro de 2025.

À Secretaria Municipal Gestão Pública
De Secretaria Municipal de Educação

PROCESSO Nº 7661/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 071/2025

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de materiais de higiene pessoal, mamadeiras, protetores solares e repelentes, para uso nas creches municipais.


A Comissão Técnica designada para análise das amostras do material de Higiene, conforme previsto no Edital nº 71/2025, vem, por meio deste, apresentar parecer conclusivo sobre a conformidade dos itens submetidos à avaliação.


Após análise técnica das amostras apresentadas pela empresa Santos Health&Safety Com. Importação e Serviços Ltda., referentes ao Lote 1 do processo licitatório para fornecimento de materiais de higiene destinados às creches da rede municipal de ensino, constatou-se que os itens entregues estão em conformidade com as exigências editalícias, atendendo aos critérios de qualidade, composição, apresentação e especificações descritas nos respectivos itens do edital.

As amostras foram avaliadas quanto à adequação ao uso proposto, segurança, embalagem e demais requisitos técnicos, não sendo identificadas inconformidades que comprometam sua aprovação.

Sem mais para o momento, renovamos votos de estima e consideração.


Joyce Leal de Carvalho
Chefe de Divisão da Ed. Infantil


Mônica de Oliveira Felizari Silva
Chefe de Seção da Ed. Infantil


Cláudia Alessandra Abreu de Araújo
Chefe de Seção do Ensino

Rodovia João Amaral Gurgel, 290, Residencial maria Elmira, Cacapava – SP - CEP: 12.285-020





Município de Caçapava

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA

AVISO DE RETOMADA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 071/2025 – Processo Administrativo nº 7661/2025

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE PESSOAL, MAMADEIRAS, PROTETORES SOLAR E REPELENTES, PARA USO NAS CRECHES MUNICIPAIS

O Município de Caçapava comunica a todos os licitantes que será retomada a etapa do Pregão Eletrônico mencionado acima, em razão da classificação da empresa **SANTOS HEALTH & SAFETY COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, referente a apresentação de amostras do lote 01. A Sessão Pública será retomada no dia 15/12/2025 às 09h30min, no endereço eletrônico: www.comprascacapava.com.br, quando será dada continuidade ao certame.

Rua Capitão Carlos de Moura, 243 – Vila Pantaleão – Caçapava/SP
FONE – PABX (12) 3654-6691 – CEP 12.280-050 – CNPJ 45.189.305/0001-21





Município de Caçapava

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA

EXTRATO

EXTRATO DE ATA - MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 5257/2025

MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº: 043/2025

ATA Nº: 038/2025

DATA: 03/12/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS E EMPRESA COMERCIAL DJR LTDA.

OBJETO: Para fornecimento de material de pintura, contemplada no item:08.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

VALOR: R\$ 27.892,00 (Vinte e sete mil, oitocentos e noventa e dois reais)

JUSTIFICATIVA: Aquisição de material para manutenção de próprios municipais (prédios, praças, proteções de pontes e viadutos, entre outros) do Município de Caçapava.

EXTRATO

EXTRATO DE ATA - MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 5257/2025

MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº: 043/2025

ATA Nº: 039/2025

DATA: 03/12/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS E A EMPRESA DISTRIBUIDORA LOJA DA FÁBRICA DE TINTAS LTDA.

OBJETO: Para fornecimento de material de pintura, contemplada nos itens: 01,02,05,12,14,17,19,24,28,30,33,34,36,39 e 44.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

VALOR: R\$ 89.175,97 (Oitenta e nove mil, cento e setenta e cinco reais e noventa e sete centavos).

JUSTIFICATIVA: Aquisição de material para manutenção de próprios municipais (prédios, praças, proteções de pontes e viadutos, entre outros) do Município de Caçapava.

Rua Capitão Carlos de Moura, 243 – Vila Pantaleão – Caçapava/SP
FONE – PABX (12) 3654-6600 – CEP 12.280-050 – CNPJ 45.189.305/0001-21





Município de Caçapava

ESTADO DE SÃO PAULO

EXTRATO

EXTRATO DE ATA - MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 5257/2025

MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 043/2025

ATA Nº 040/2025

DATA: 03/12/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS E A EMPRESA JOÃO VITOR FONSECA FERREIRA.

OBJETO: Para fornecimento de material de pintura, contemplada nos itens: 03,04,06,07,09 à 11,13,15,16,18,25,27,31,32,38 e 40.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

VALOR: R\$ 59.168,86 (Cinquenta e nove mil, cento e sessenta e oito reais e oitenta e seis centavos).

JUSTIFICATIVA: Aquisição de material para manutenção de próprios municipais (prédios, praças, proteções de pontes e viadutos, entre outros) do Município de Caçapava.

EXTRATO

EXTRATO DE ATA - MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 5257/2025

MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº: 043/2025

ATA Nº: 041/2025

DATA: 03/12/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS E A EMPRESA PONTO MIX COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA.

OBJETO: Para fornecimento de material de pintura, contemplada no item: 26

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

VALOR: R\$39.424,00 (Trinta e nove mil, quatrocentos e vinte e quatro reais)

JUSTIFICATIVA: Aquisição de material para manutenção de próprios municipais (prédios, praças, proteções de pontes e viadutos, entre outros) do Município de Caçapava.

Rua Capitão Carlos de Moura, 243 – Vila Pantaleão – Caçapava/SP
FONE – PABX (12) 3654-6600 – CEP 12.280-050 – CNPJ 45.189.305/0001-21





Município de Caçapava

ESTADO DE SÃO PAULO

EXTRATO

EXTRATO DE ATA - MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 5257/2025

MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº: 043/2025

ATA Nº: 042/2025

DATA: 03/12/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS E A EMPRESA RAMOS CASA E CONSTRUÇÃO LTDA.

OBJETO: Para fornecimento de material de pintura, contemplada nos itens: 35 e 37.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

VALOR: R\$ 17.675,00 (Dezessete mil, seiscentos e setenta e cinco reais)

JUSTIFICATIVA: Aquisição de material para manutenção de próprios municipais (prédios, praças, proteções de pontes e viadutos, entre outros) do Município de Caçapava.

Rua Capitão Carlos de Moura, 243 – Vila Pantaleão – Caçapava/SP
FONE – PABX (12) 3654-6600 – CEP 12.280-050 – CNPJ 45.189.305/0001-21





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**ERRATA****ATA DO RESULTADO PRELIMINAR
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2025**

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, por meio da Comissão de Seleção dos Projetos Socioassistenciais instituída pela **Portaria Nº 84/GAB de 08 de Outubro de 2025** no uso de suas atribuições legais, faz constar:

No que tange a folha de número 09 (nove), referente **aos apontamentos da OSC CONVIVER - Associação Filantrópica Assistencial e Educacional para Pessoas com Necessidades Especiais:**

Onde se lê:

- **Articulação em Rede**

Está comissão registra que o conteúdo do documento apresentado está correto; entretanto, o título não corresponde ao tema de Articulação em Rede, constando equivocadamente como “Alvará de Funcionamento”, sendo considerado um erro de digitação. Dado ao exposto, solicita-se a correção do título, de modo a alinhá-lo adequadamente ao conteúdo apresentado e conforme disposto no edital.

Leia-se:

- **Articulação em Rede**

Está comissão registra que o conteúdo do documento apresentado está correto; entretanto, o título não corresponde ao tema de Articulação em Rede, constando equivocadamente como “Declaração de Respeito PNAS”, sendo considerado um erro de digitação. Dado ao exposto, solicita-se a correção do título, de modo a alinhá-lo adequadamente ao conteúdo apresentado e conforme disposto no edital.



Lígia Fernandes Fonseca Azevedo



Aline Medrado Gentil de Souza

Caçapava, 12 de Dezembro de 2025.



Daniella Santos Moraes



Emily da Silva Marques Costa

1

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta - Caçapava – SP - CEP: 12. 282-400/Tel. (12) 3655-6191





**Conselho Municipal dos Direitos da Criança
e do Adolescente de Caçapava**
Lei Municipal Nº 4.126, de 31 de março de 2003

RESOLUÇÃO Nº 003, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025.

Aprova a retificação do Edital 001/2025 do Processo de Escolha Suplementar para Membros Suplentes do Conselho Tutelar de Caçapava/SP para o quadriênio 2024/2028, e dá outras providências.

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA do Município de Caçapava, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Resolução nº 231/2022 do CONANDA, pela Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e pelas Leis Municipais vigentes, e:

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 5.634, de 20 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Conselho Tutelar do Município de Caçapava e dá outras providências;

CONSIDERANDO a finalização do Processo Administrativo nº 7426/2025, que formalizou a contratação de serviço técnico especializado de apoio ao CMDCA para a condução do processo de eleição suplementar dos membros do Conselho Tutelar de Caçapava/SP;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação de procedimentos, etapas e cronograma do processo de escolha suplementar aprovado pela Resolução nº 001, de 06 de maio de 2025;

CONSIDERANDO a inexistência de suplentes em listagem homologada para substituição imediata dos membros titulares nas ocasiões previstas no art. 31 da Lei Municipal nº 5.634, de 20 de dezembro de 2018;

CONSIDERANDO o ato jurídico perfeito das etapas anteriores à divulgação da lista de candidatos inscritos no processo de eleição suplementar, publicada no Diário Oficial do município de Caçapava/SP, em 30 de junho de 2025;

CONSIDERANDO as deliberações realizadas na reunião ordinária do CMDCA realizada no dia 05 de dezembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a retificação do Edital CMDCA nº 001/2025, aprovado pela Resolução nº 001, de 06 de maio de 2025 do Processo de Escolha Suplementar para Membros Suplentes do Conselho Tutelar de Caçapava/SP, referente ao quadriênio 2024/2028.

Art.2º Determinar a publicação do Edital de Retificação nº 1, em anexo a esta Resolução, para que produza seus efeitos legais e assegure a devida publicidade a todos os interessados, nos termos do art. 7º, §1º, alínea “c” da Resolução CONANDA nº 231/2022.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.


Claudenice Aparecida Muniz
Presidente do CMDCA
Caçapava – Estado de São Paulo



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança
e do Adolescente de Caçapava**
Lei Municipal Nº 4.126, de 31 de março de 2003

RESOLUÇÃO Nº 004, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a normatização do debate entre os(as) candidatos(as) habilitados(as) ao pleito eleitoral no Processo de Escolha Suplementar para Membros Suplentes do Conselho Tutelar de Caçapava/SP para o quadriênio 2024/2028.

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA do Município de Caçapava, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Resolução nº 231/2022 do CONANDA, pela Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e pelas Leis Municipais vigentes, e:

CONSIDERANDO o § 1º do art. 19 da Lei Municipal nº 5.634, de 20 de dezembro de 2018, que dispõe que no período de campanha eleitoral admitir-se-á somente a realização de debates e entrevistas organizados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, em locais antecipadamente divulgados por meios de comunicação e entidades interessadas;

CONSIDERANDO o cronograma previsto no art. 22 do Edital nº 001/2025, alterado pelo Edital de Retificação nº 01, de 09 de dezembro de 2025;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir igualdade de condições entre os(as) candidatos(as), bem como a lisura, integridade, ordem e respeito mútuo no processo eleitoral do Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO as deliberações realizadas na reunião ordinária do CMDCA realizada no dia 05 de dezembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecido que o debate entre os(as) candidatos(as) habilitados(as) ao cargo de Conselheiro(a) Tutelar será realizado no dia **21 de março de 2026**, às 15h00 (horário de Brasília), na sede da Secretaria de Desenvolvimento Social de Caçapava, situada na Rua Alberto Pinto de Faria, 292, Jardim Julieta – CEP 12282-400.

Art. 2º O debate será transmitido ao vivo, em tempo real, pelo canal da empresa Hórus Serviços e Negócios, no YouTube, contratada para suporte e apoio logístico ao CMDCA.

Art. 3º O debate será estruturado em duas etapas:

I – Primeira Etapa: Cada candidato(a) será convocado(a) pela ordem de registro da candidatura, e terá 10 (dez) minutos para sua apresentação pessoal, exposição de sua trajetória, experiências e propostas enquanto postulante ao cargo.

II – Segunda Etapa: Na mesma ordem, cada candidato(a) escolherá, aleatoriamente, um envelope contendo um tema relacionado à promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, sobre o qual deverá discorrer pelo tempo máximo de 5 (cinco) minutos.

Art. 4º Durante o debate, é terminantemente proibido:



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança
e do Adolescente de Caçapava**
Lei Municipal Nº 4.126, de 31 de março de 2003

I – Citar nominalmente ou fazer qualquer referência, direta ou indireta, a outro(a) candidato(a), com ou sem intuito comparativo, pejorativo ou provocativo;

II – Proferir discursos ou declarações de cunho político-partidário, ideológico, religioso ou de exaltação a figuras públicas de qualquer esfera (política, religiosa, artística, esportiva, etc.);

III – Utilizar palavras de baixo calão, gestos ofensivos, insinuações ou qualquer forma de agressividade verbal ou não verbal;

IV – Disseminar opiniões discriminatórias, discursos de ódio ou que configurem homofobia, racismo, misoginia, xenofobia, capacitismo ou qualquer forma de preconceito;

V – Fazer promessas que não estejam compatíveis com as atribuições legais do cargo de conselheiro tutelar, conforme arts. 131 a 136 do ECA.

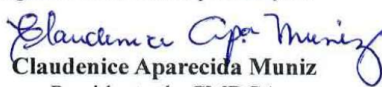
§ 1º O descumprimento das vedações previstas neste artigo poderá ensejar a aplicação de sanções com base nas condutas vedadas do período de campanha eleitoral, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º Além das sanções eleitorais aplicáveis, poderá o(a) candidato(a) responder nas esferas civil, administrativa e penal, por eventuais declarações ou posicionamentos que violem direitos fundamentais, infringam legislações vigentes ou causem dano moral ou material a terceiros.

Art. 5º A participação no debate é facultativa, não sendo condição obrigatória para manutenção da candidatura ou posterior diplomação, contudo, será registrada em ata a ausência injustificada.

Art. 6º Os casos omissos ou supervenientes serão deliberados pela Comissão Especial Eleitoral, com posterior homologação pelo CMDCA, observado o princípio da legalidade e do devido processo legal.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.


Claudenice Aparecida Muniz
Presidente do CMDCA
Caçapava – Estado de São Paulo



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança
e do Adolescente de Caçapava**
Lei Municipal Nº 4.126, de 31 de março de 2003

EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 1, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025.

**EDITAL 001/2025 – PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR PARA MEMBROS
SUPLENTE DO CONSELHO TUTELAR DE CAÇAPAVA/SP**

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA do Município de Caçapava, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Resolução nº 231/2022 do CONANDA, pela Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e pelas Leis Municipais vigentes, torna pública a retificação ao Edital nº 01/2025 do Processo de Escolha Suplementar para Membros Suplentes do Conselho Tutelar de Caçapava/SP, que passa a ter a redação a seguir especificada, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do referido Edital e seus anexos.

Art. 1º Retifica-se o art. 7º, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

Onde se lê:

~~**Art. 7º** – O curso preparatório será realizado no dia **04 de julho de 2025** na sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – no horário das 8:00 às 17:00 horas com intervalo de 1 hora para almoço.~~

Leia-se:

“Art. 7º - O curso preparatório será realizado no dia **29 de janeiro de 2026**, na sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, no horário das **8h00 às 17h00**, com intervalo de 1 (uma) hora para o almoço.”

Art. 2º Retifica-se o art. 9º, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

Onde se lê:

~~**Art. 9º** – Os candidatos que concluírem, com frequência total, o curso preparatório serão submetidos a avaliação objetiva ministrada por empresa especializada no dia **10 de julho de 2025** na sede da Secretaria de Desenvolvimento Social.~~

~~**§ 1º** – A prova objetiva tem caráter eliminatório e será composta por 50 questões objetivas e de múltipla escolha. A bibliografia sugerida consta no Capítulo XI.~~

~~**§ 2º** – Serão considerados aprovados os candidatos que atingirem a nota igual ou superior a 50% da nota máxima prevista (100 pontos);~~

~~**§ 3º** – Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, para justificar a ausência do candidato, sendo que o não comparecimento à avaliação implicará na eliminação do candidato.~~

Leia-se:

“Art. 9º - Os candidatos que concluírem, com frequência total o curso preparatório, serão submetidos à avaliação objetiva ministrada por empresa especializada no dia **30 de janeiro de 2025** na sede da Secretaria de Desenvolvimento Social, no horário das **9:00h às 12:00h**.



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança
e do Adolescente de Caçapava**
Lei Municipal Nº 4.126, de 31 de março de 2003

§ 1º A prova tem caráter eliminatório, será constituída de questões objetivas e versará sobre a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA), e sobre a Lei Municipal nº 5.634, de 20 de dezembro de 2018.

§ 2º A prova será composta por 20 (vinte) questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas, sendo apenas uma correta.

§ 3º Cada questão terá peso de 5,0 (cinco) pontos, totalizando 100 (cem) pontos.

§ 4º Será considerado aprovado o candidato que obtiver, no mínimo, 50,0 (cinquenta) pontos.

§ 5º A porta de acesso à sala de realização das provas será fechada impreterivelmente, às 09:00h (nove horas), horário de Brasília.

§ 6º Fica impedido de ingressar no local de prova o candidato que apresentar-se após o fechamento da porta de acesso, independentemente do motivo, ainda que de força maior ou caso fortuito, sendo prontamente eliminado do certame.

§ 7º O candidato deverá portar documento de identificação oficial com foto e caneta esferográfica de tinta preta ou azul.

§ 8º Após o ingresso na sala de provas, é vedada qualquer comunicação entre candidatos, bem como as seguintes condutas:

I – utilização de óculos escuros e/ou acessórios de chapelaria, tais como boné, chapéu, gorro, cachecol, manta, luvas e similares;

II – porte ou consulta a dispositivos eletrônicos de qualquer natureza, incluindo telefones celulares, relógios inteligentes, calculadoras e outros equipamentos;

III – consulta a livros, anotações, réguas de cálculo, impressos ou qualquer outro material de estudo ou apoio.

§ 9º O descumprimento de qualquer das vedações previstas no § 8º resultará na retirada do candidato do local da prova e na anulação de sua avaliação.

§ 10 Não haverá segunda chamada para a prova escrita, independentemente do motivo alegado para atraso ou ausência do candidato.

§ 11 A divulgação do gabarito oficial e o resultado com a pontuação obtida por cada candidato ocorrerá no dia **04 de fevereiro de 2026**, sendo facultado aos candidatos a interposição de recurso no prazo de 2 (dois) dias úteis após a publicação.

§ 12 Os recursos serão analisados pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA), e a resposta será publicada no dia **10 de fevereiro de 2026**, juntamente com a lista de candidatos habilitados para o registro de candidatura.

§ 13 As questões cujos recursos interpostos pelos candidatos forem deferidos serão anuladas, e a respectiva pontuação será atribuída a todos os candidatos.”

Art. 3º Retifica-se o art. 10, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

Onde se lê:



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança
e do Adolescente de Caçapava**
Lei Municipal Nº 4.126, de 31 de março de 2003

~~**Art. 10** – Os candidatos aprovados na avaliação objetiva submeter-se-á a avaliação psicológica realizada por empresa especializada no dia **11 de julho de 2025** na Secretaria de Desenvolvimento Social.~~

Leia-se:

“Art. 10 - Os candidatos que realizarem a avaliação objetiva submeter-se-ão à avaliação psicológica, realizada por empresa especializada no dia **30 de janeiro de 2026**, na sede da Secretaria de Desenvolvimento Social, às **14:00h**, horário de Brasília.”

Art. 4º Retifica-se o art. 11, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

Onde se lê:

~~**Art. 11** – A avaliação de que trata esta seção verificará a aptidão psicológica do candidato para o exercício da função, terá caráter eliminatório e será composta por um conjunto de procedimentos objetivos e científicos reconhecidos como adequados e válidos nacionalmente, obedecendo rigorosamente o contido na Resolução 002/2016 do Conselho Federal de Psicologia.~~

Leia-se:

“Art. 11 - A avaliação de que trata esta seção verificará a aptidão psicológica do candidato para o exercício da função, terá caráter eliminatório e será composta por um conjunto de procedimentos objetivos e científicos reconhecidos como adequados e válidos nacionalmente, obedecendo rigorosamente o contido na Resolução 002/2016 do Conselho Federal de Psicologia.

§ 1º Os candidatos deverão comparecer ao local de realização da avaliação psicológica pontualmente, munidos de documento oficial de identidade com foto.

§ 2º Não será permitida a presença de acompanhantes no local de realização da avaliação psicológica.

§ 3º Os candidatos que apresentarem na avaliação psicológica características de personalidade incompatíveis com o perfil profissiográfico do cargo serão considerados INAPTOS.

§ 4º A inaptidão NÃO pressupõe a existência de transtornos mentais, indicando, tão somente, que o avaliado não atendeu, no momento da avaliação, aos parâmetros exigidos para o exercício das atribuições do cargo pleiteado.

§ 5º Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, revisão ou repetição da avaliação em data, local ou horário diferentes dos divulgados neste edital e nas resoluções da Comissão Especial Eleitoral.

§ 6º O não comparecimento à avaliação psicológica, independentemente do motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará em sua eliminação do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

§ 7º O resultado final da avaliação psicológica será divulgado exclusivamente com os status “APTO”, “INAPTO” ou “AUSENTE”, através de resolução da Comissão Especial Eleitoral, no dia **04 de fevereiro de 2026**.”



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança
e do Adolescente de Caçapava**
Lei Municipal Nº 4.126, de 31 de março de 2003

Art. 5º Retifica-se o art. 12, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

Onde se lê:

~~**Art. 12** – Das decisões relacionadas à avaliação psicológica caberá recurso devidamente fundamentado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, a ser apresentado em 05 (cinco) dias úteis da publicação do resultado.~~

~~**§ Parágrafo Único:** A avaliação psicológica, será realizada na sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, conforme cronograma de agendamentos a ser divulgado no domínio: <https://www.caçapava.sp.gov.br/direitos-da-crianca-e-do-adolescente-emdea>~~

Leia-se:

“**Art. 12** - Das decisões relacionadas à avaliação psicológica será facultado aos candidatos a interposição de recurso devidamente fundamentado, dirigido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no prazo de 2 (dois) dias úteis após a publicação do resultado final.

Parágrafo único: Os recursos serão analisados pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA), e a resposta será publicada no dia **10 de fevereiro de 2026**, juntamente com a lista de candidatos habilitados para o registro de candidatura.”

Art. 6º Retifica-se o art. 13, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

Onde se lê:

~~**Art. 13** – Será divulgado pelo CMDCA, no dia **30 de julho de 2025**, conforme o cronograma previsto no Art. 22º, os inscritos aprovados, suas respectivas notas e resultado de recursos;~~

Leia-se:

“**Art. 13** - Será divulgado pelo CMDCA, no dia **10 de fevereiro de 2026**, conforme o cronograma previsto no art. 22, lista de inscritos aprovados em todas as etapas anteriores, suas respectivas notas e resultado de recursos interpostos.

Art. 7º Retifica-se o art. 14, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

Onde se lê:

~~**Art. 14** – Os aprovados deverão registrar sua candidatura até o dia **31 de julho de 2025**, através de requerimento (Anexo VIII), protocolado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, acompanhado dos seguinte documento:~~

~~Certificado de participação no curso preparatório.~~

Leia-se:



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança
e do Adolescente de Caçapava**
Lei Municipal Nº 4.126, de 31 de março de 2003

“Art. 14 - Os aprovados deverão registrar sua candidatura no período de **11/02/2026 a 19/02/2026**, através de requerimento (Anexo VIII), protocolado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, acompanhado do seguinte documento:

I – Certificado de participação no curso preparatório.”

Art. 8º Retifica-se o art. 15, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

Onde se lê:

~~Art. 15 – A eleição pública será realizada no dia **09 de novembro de 2025** na Escola Municipal Professora Zélia de Souza Madureira, localizada na R. Sargento Andiras Nogueira, 67, Vila Pantaleão, Caçapava – SP, 12280-047, no horário compreendido das 8:00 às 17:00 horas.~~

Leia-se:

“Art. 15 - A eleição pública será realizada no dia **22 de março de 2026** na Escola Municipal Professora Zélia de Souza Madureira, localizada na R. Sargento Andiras Nogueira, 67, Vila Pantaleão, CEP: 12280-047, em Caçapava - SP, no horário compreendido das 8h às 17h.”

Art. 9º Retifica-se o art. 16, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

Onde se lê:

~~Art. 16 – São considerados eleitores todas as pessoas, devidamente inscritas na Justiça Eleitoral do município de Caçapava, em pleno gozo de seus direitos políticos.~~

Leia-se:

Art. 16 - São considerados eleitores todas as pessoas, devidamente inscritas na Justiça Eleitoral do município de Caçapava, em pleno gozo de seus direitos políticos, com base no processamento mais atualizado realizado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na data de disponibilização da listagem ao CMDCA.

Art. 10 Retifica-se o § 1º do art. 17, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

Onde se lê:

~~§ 1º – A inscrição do fiscal deverá ser feita na sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social no dia 26 de agosto de 2025 das 09:00 às 16:00 horas, sendo necessária a apresentação de cópia do documento de identidade do respectivo fiscal.~~

Leia-se:



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança
e do Adolescente de Caçapava
Lei Municipal Nº 4.126, de 31 de março de 2003**

“§ 1º - A inscrição do fiscal deverá ser feita na sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social no dia **10 de março de 2026, das 09:00 às 16:00 horas**, sendo necessária a apresentação de cópia do documento de identidade do respectivo fiscal.”

Art. 11 Retifica-se o art. 19, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

Onde se lê:

~~**Art. 19** – O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará o resultado do pleito, publicando o nome dos candidatos e suas respectivas votações em ordem decrescente de número de votos no dia 01 de setembro de 2025.~~

Leia-se:

“Art. 19 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará o resultado do pleito, publicando os nomes dos candidatos e suas respectivas votações em ordem decrescente de número de votos no dia **23 de março de 2026**.”

Art. 12 Retifica-se o art. 20, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

Onde se lê:

~~**Art. 20** – Os Candidatos suplentes aprovados se comprometerão a participar da formação inicial oferecida pelo CMDCA para o exercício da função.~~

Leia-se:

“Art. 20 - Os candidatos suplentes eleitos se comprometerão a participar da formação inicial oferecida pelo CMDCA para o exercício da função a ser realizada no dia **24 de março de 2026**, na sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, no horário das **8h00 às 17h00**, com intervalo de 1 (uma) hora para o almoço.”

Art. 13 Retifica-se o art. 21, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

Onde se lê:

~~**Art. 21** – Os candidatos eleitos e proclamados serão empossados ao final do processo como suplentes e entrarão no exercício a partir da necessidade do eolegiado.~~

Leia-se:

“Art. 21 - Os candidatos proclamados eleitos neste processo serão considerados suplentes e serão empossados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança
e do Adolescente de Caçapava**
Lei Municipal Nº 4.126, de 31 de março de 2003

do Adolescente nas hipóteses previstas no art. 31 da Lei Municipal nº 5.634, de 20 de dezembro de 2018.”

Art. 14 Retificam-se as datas do cronograma previsto no art. 21, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

DATA	EVENTO
06/05/2025	Publicação do Edital
06/05/2025 a 06/06/2025	Divulgação do Edital
06/05/2025 a 06/06/2025	Período de Inscrição
09/06/2025 a 12/06/2025	Análise das inscrições
13/06/2025	Publicação da relação de candidatos inscritos
16/06/2025 a 18/06/2025	Prazo para recurso das inscrições indeferidas
25/06/2025 a 27/06/2025	Análise dos Recursos
30/06/2025	Publicação da lista dos candidatos habilitados
29/01/2026	Curso Preparatório
30/01/2026	Avaliação Objetiva
30/01/2026	Avaliação Psicológica
04/02/2026	Publicação da lista de candidatos aprovados nas avaliações (Objetiva e Psicológica)
05/02/2026 a 06/02/2026	Prazo para recurso do resultado das avaliações (Objetiva e Psicológica)
09/02/2026	Análise dos recursos
10/02/2026	Divulgação dos habilitados na avaliação objetiva e psicológica
11/02/2026 a 19/02/2026	Registro das candidaturas
20/02/2026	Publicação das candidaturas habilitadas
23/02/2026 a 24/02/2026	Prazo para impugnação das candidaturas
25/02/2026	Notificação dos candidatos impugnados quanto ao prazo de defesa
26/02/2026 a 27/02/2026	Apresentação da defesa dos candidatos impugnados
02/03/2026	Análise dos pedidos de impugnação e defesa
09/03/2026	Decisão sobre a impugnação
10/03/2026	Inscrição do Fiscal
21/03/2026	Debate
22/03/2026	Eleição
23/03/2026	Publicação do resultado da eleição
24/03/2026	Curso de formação inicial



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança
e do Adolescente de Caçapava**
Lei Municipal Nº 4.126, de 31 de março de 2003

Art. 15 Retifica-se o § 1º do art. 31, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

Onde se lê:

~~§ 1º - A bibliografia sugerida tem caráter orientador, sendo facultado à Banca o direito de embasar as questões em atualizações, outros títulos e publicações não citadas neste Edital;~~

Leia-se:

“§ 1º - A bibliografia sugerida tem caráter orientador, em conformidade do com o art. 14, § 1º, da Lei Municipal nº 5.634, de 20 de dezembro de 2018;”

Art. 16 Retifica-se o art. 32, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

Onde se lê:

~~**Art. 32** - O conteúdo programático para o Processo de Escolha Unificado para Membros Suplentes dos Conselhos Tutelares para o quadriênio 2024/2028, mediante condições estabelecidas neste Edital:~~

- ~~a) Lei nº 8.069/1990 de 13 de julho de 1990 — Estatuto da Criança e do Adolescente: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm~~
- ~~b) Lei Municipal do CT nº 5634 de 20 de dezembro de 2018: <http://legislacao compilada.com.br/camaracacapava/legislacao/consulta-legislacao.aspx?tipo=2&numero=5634&ano=2018>~~
- ~~c) Resolução 231/2022 do Conanda: <https://eedecarj.org.br/wp-content/uploads/2023/01/resoluCAo-n-231-de-28-de-dezembro-de-2022-resoluCAo-n-231-de-28-de-dezembro-de-2022-dou-imprensa-nacional-1.pdf>~~
- ~~d) Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 — Sistema Único de Saúde: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm~~
- ~~e) Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 — Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS): http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm~~
- ~~f) Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 — Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm~~
- ~~g) Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf~~
- ~~h) Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado de Assistência Social — CREAS: <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/04-caderno-creas-final-dez-.pdf>~~
- ~~i) Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo — Lei 12.594 de 18 de janeiro de 2012: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12594.htm~~
- ~~j) Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes: https://www.mds.gov.br/enas/noticias/orientacoes_tecnicas_final.pdf~~



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança
e do Adolescente de Caçapava**
Lei Municipal Nº 4.126, de 31 de março de 2003

k) Leia-se:

“Art. 32 - O conteúdo programático para o Processo de Escolha de Membros Suplentes do Conselho Tutelar para o quadriênio 2024/2028 versará sobre as seguintes legislações:

- a) Lei nº 8.069/1990 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm
- b) Lei Municipal do CT nº 5634 de 20 de dezembro de 2018: <https://camarasempapel.camaracacapava.sp.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L.56342018.html>”

Claudenice Aparecida Muniz

Claudenice Aparecida Muniz
Presidente do CMDCA
Caçapava – Estado de São Paulo

PORTARIA Nº 96/GAB, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025 - ALTERA A
PORTARIA Nº 94/GAB, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2025, QUE NOMEIA OS
MEMBROS DA COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES -
CIPA.

Edição nº 707, 12 de dezembro de 2025



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

PORTARIA Nº 96/GAB, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025

*Altera a Portaria nº 94/GAB, de 25 de novembro de 2025, que nomeia os
membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA.*

**Yan Lopes de Almeida, Prefeito
Municipal de Caçapava, Estado de São
Paulo, no uso de suas atribuições legais,**

RESOLVE

Art. 1º Fica alterado o Inciso I, da Portaria nº 94/GAB, de 25 de novembro de 2025, que nomeia os membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, passando a vigorar com a seguinte redação:

“I - representantes do empregador:

Titulares:

.....

5. Luan Pires de Oliveira.

Suplentes:

1. Guilherme de Oliveira;

.....” (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA, 12 de dezembro de 2025.

**DR. YAN LOPES DE ALMEIDA
PREFEITO MUNICIPAL**

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21

LEI Nº 6390, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025 - DISPÕE SOBRE A
DESAFETAÇÃO E AUTORIZAÇÃO PARA ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS
PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

Edição nº 707, 12 de dezembro de 2025



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

LEI Nº 6390, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025

Projeto de Lei nº 238/2025

Autor: Prefeito Municipal Yan Lopes de Almeida

*Dispõe sobre a desafetação e autorização para alienação de imóveis
pertencentes ao Município de Caçapava e dá outras providências.*

*Yan Lopes de Almeida, Prefeito Municipal de
Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de
suas atribuições legais,*

Faço saber que a **Câmara Municipal** aprovou
e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI nº 6390

Art. 1º Ficam desafetados do uso comum do povo e convertidos
em bens dominicais, para fins de alienação, os imóveis de propriedade do Município de
Caçapava abaixo descritos:

I – Imóvel localizado na Avenida José Cândido Sbruzzi e Rua
Merlot, Bairro Residencial Colinas, com afetação como Área Institucional 01,
matrícula nº 38.603, classificado sob o código nº 07.494.001.000, com área de
22.512,83 m²;

II – Imóvel localizado na Estrada Municipal Prof. Olívia Alegri,
Bairro Santa Mariana – Caçapava Velha, com afetação como Área Institucional,
matrícula nº 44.859, classificado sob o código nº 08.126.004.000, com área de
20.085,89 m²;

III – Imóvel localizado na Av. Ver. Geraldo N. da Silva, Bairro
Terras do Vale, com afetação como Área Institucional 02, matrícula nº 49.075,
classificado sob o código nº 07.359.001.000, com área de 13.027,85 m²;

IV – Imóvel localizado na Av. Ângelo Zepelin, Bairro Borda do
Lago, com afetação como Área Institucional 01, matrícula nº 52.011, classificado sob o
código nº 07.640.001.000, com área de 13.089,45 m²;

1

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

V – Imóvel localizado na Av. Ângelo Zepelin, Bairro Borda do Lago, com afetação como Área Institucional 02, matrícula nº 52.012, classificado sob o código nº 07.641.001.000, com área de 4.699,82 m²;

VI – Imóvel localizado na Rua Lucas Nogueira Garcez, Bairro Loteamento Terras Altas, com afetação como Área Institucional 01, matrícula nº 44.450, classificado sob o código nº 07.573.001.000, com área de 10.923,09 m²;

VII – Imóvel localizado na Av. Ver. Geraldo N. da Silva, Bairro Terras do Vale, com afetação como Área Institucional 01, matrícula nº 49.074, classificado sob o código nº 07.358.001.000, com área de 22.503,68 m².

VIII – Imóvel localizado no Acesso E, Bairro Ecopark Sunset, com afetação como Área Institucional 01, matrícula nº 51.116, classificado sob o código nº 09.222.001.000, com área de 10.226,97 m²;

IX – Imóvel localizado na Avenida Sunset, Bairro Ecopark Sunset, com afetação como Área Institucional 02, matrícula nº 51.117, classificado sob o código nº 09.223.001.000, com área de 5.384,00 m²;

X – Imóvel localizado na Rodovia Vito Ardito e Rua Ary Menegario, Bairro CEIC, com afetação como Área Institucional 01, matrícula nº 39.686, classificado sob o código nº 14.008.004.000, com área de 9.216,60 m²;

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a alienar, individualmente, mediante procedimento licitatório na modalidade leilão, os imóveis descritos no artigo anterior, observando-se os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

§ 1º A alienação será precedida de avaliação, tendo como valor inicial, o maior valor apurado pelos seguintes órgãos: Caixa Econômica Federal, Conselho Regional de Corretores de Imóveis – CRECI e Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, devidamente atualizados, levando em consideração que o valor de lance mínimo esteja em conformidade com o valor do mercado.

§ 2º O edital do leilão conterá a descrição detalhada dos bens, valores, condições de pagamento, encargos, obrigações do adquirente e demais cláusulas essenciais para garantia da transparência e da legalidade do procedimento.

Art. 3º Os recursos provenientes da alienação dos bens de que trata o art. 1º serão destinados exclusivamente à execução de projetos de investimento em infraestrutura urbana, reforma e adequação de próprios públicos já existentes, bem como, a aquisição de novos imóveis de interesse público, na ordem apresentada no



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

Anexo desta Lei, observando-se o resultado orçamentário efetivo da arrecadação obtida com o leilão.

Art. 4º Concluída a licitação e declarados os vencedores, serão firmados contratos de compromisso de compra e venda, contendo:

- I** – Preço final;
- II** – Condições e prazo de pagamento;
- III** – Multas, juros, encargos e garantias;
- IV** – Cláusulas resolutivas para casos de inadimplemento.

Art. 5º O inadimplemento das condições estipuladas nos contratos poderá ensejar a rescisão administrativa, sem prejuízo de eventual execução judicial dos valores inadimplidos, e sem direito a indenização ao comprador.

Art. 6º Cumpridas integralmente as obrigações contratuais e quitado o preço acordado, será lavrada escritura pública definitiva de compra e venda em favor do adquirente, às suas expensas.

Art. 7º Os imóveis abrangidos por este Projeto de Lei ficarão sujeitos a restrições urbanísticas específicas, destinadas a assegurar a preservação da qualidade urbanística, ambiental e do bem-estar da vizinhança das áreas em que se inserem. As áreas desafetadas e destinadas à alienação somente poderão receber:

- I** – usos residenciais unifamiliares ou multifamiliares;
- II** – usos comerciais de pequeno porte, limitados a atividades de baixo impacto local;
- III** – serviços de natureza não poluente, definidos como aqueles que:
 - a)** não gerem ruídos superiores aos limites estabelecidos pela legislação de licenciamento ambiental municipal ou estadual vigente;
 - b)** não emitam odores, vibrações ou substâncias que possam causar incômodo à vizinhança;
 - c)** não produzam resíduos perigosos ou que exijam tratamento especial;



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

d) não provoquem aumento significativo do tráfego de veículos pesados.

§ 1º Ficam expressamente vedadas nestes imóveis as atividades industriais, depósitos e centros de distribuição com circulação de veículos de grande porte, oficinas mecânicas, serviços com equipamentos ruidosos, atividades de manipulação de produtos químicos, combustíveis, alimentos em larga escala ou quaisquer outras consideradas de médio ou alto impacto ambiental ou urbanístico.

§ 2º Para efeito deste artigo, considera-se baixo impacto a atividade cujo funcionamento seja compatível com a vizinhança residencial consolidada e não demande medidas especiais de mitigação ambiental.

Parágrafo único. A restrição prevista no caput não se aplica ao imóvel descrito no inciso X do art. 1º, situado no Centro Empresarial e Industrial de Caçapava – CEIC, cuja destinação e regulamentação urbanística já autorizam a implantação de atividades industriais e logísticas compatíveis com as características da referida zona.

Art. 8º As receitas provenientes da venda de terrenos deverão ser apresentadas de forma individualizada e detalhada nos relatórios oficiais de execução orçamentária, bem como no Portal da Transparência do Município, garantindo amplo acesso às informações e permitindo fiscalização efetiva por parte dos cidadãos, dos vereadores e dos órgãos de controle.

Art. 9º Esta Lei está alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e contribui para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico; ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura, ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 12 de dezembro de 2025.

DR. YAN LOPES DE ALMEIDA
PREFEITO MUNICIPAL

4

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21

LEI Nº 6391, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025 - AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA A CONTRATAR COM A DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM OUTORGA DE GARANTIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Edição nº 707, 12 de dezembro de 2025



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

LEI Nº 6391, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025

Projeto de Lei nº 252/2025

Autor: Prefeito Municipal Yan Lopes de Almeida

Autoriza o Município de Caçapava a contratar com a Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo, operações de crédito com outorga de garantia e dá outras providências.

Yan Lopes de Almeida, Prefeito Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a **Câmara Municipal** aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

L E I n º 6 3 9 1

Art. 1º Fica o Chefe do Executivo do Município de Caçapava autorizado a celebrar com a DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, operações de crédito até o montante de R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais), destinadas à construção do anel viário no Município de Caçapava, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

Art. 2º Fica o Município autorizado a oferecer a vinculação em garantia das operações de crédito, por todo o tempo de vigência dos contratos de financiamento e até a liquidação total da dívida, sob a forma de Reserva de Meio de Pagamento, das Receitas de Transferências oriundas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS (art. 158 inciso IV da CF) e do Fundo de Participação dos Municípios – FPM (art. 159, inciso I, alínea b da CF), cumulativamente ou apenas um destes, em montante necessário e suficiente para a amortização das parcelas do principal e o pagamento dos acessórios da dívida.

Parágrafo único. As receitas de transferências sobre as quais se autoriza a vinculação em garantia, em caso de sua extinção, serão substituídas pelas receitas que vierem a serem estabelecidas constitucionalmente, independentemente de nova autorização.

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

Art. 3º O Chefe do Executivo do Município está autorizado a constituir a Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo como sua mandatária, com poderes irrevogáveis e irretiráveis, para receber junto às fontes pagadoras das receitas de transferências mencionadas no *caput* do art. 2º, os recursos vinculados, podendo utilizar esses recursos no pagamento do que lhe for devido por força dos contratos a que se refere o art. 1º.

Parágrafo único. Os poderes mencionados se limitam aos casos de inadimplimento do Município e se restringem às parcelas vencidas e não pagas.

Art. 4º Fica o Município autorizado a:

a) participar e assinar contratos, convênios, aditivos e termos que possibilitem a execução da presente Lei.

b) aceitar todas as condições estabelecidas pelas normas da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo, referentes às operações de crédito, vigentes à época da assinatura dos contratos de financiamento.

c) aceitar o foro da cidade de São Paulo para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução dos contratos.

Art. 5º Os orçamentos municipais consignarão, obrigatoriamente, as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 6º Fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos especiais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes das operações de crédito ora autorizadas.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA, 12 de dezembro de 2025.

DR. YAN LOPES DE ALMEIDA
PREFEITO MUNICIPAL

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21